



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

ROMÁRIO MEDEIROS ARAÚJO

GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DOS ODS NO MUNICÍPIO
DE QUEIMADAS-PB NOS ANOS DE 2021 E 2022.

CAMPINA GRANDE

2023



ROMÁRIO MEDEIROS ARAÚJO

**GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DOS ODS NO MUNICÍPIO
DE QUEIMADAS-PB NOS ANOS DE 2021 E 2022.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Administração, da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador(a): Prof(a). Dra. Maria de Fátima Martins-UFCEG

CAMPINA GRANDE

2023

GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DOS ODS NO MUNICÍPIO DE QUEIMADAS-PB NOS ANOS DE 2021 E 2022.

Romário Medeiros Araújo¹

Maria de Fátima Martins²

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso é um estudo de caso, aplicado sobre os dados orçamentários do município de Queimadas-PB. O trabalho buscou compreender o quanto de recurso foi destinado pela Prefeitura de Queimadas-PB para o cumprimento dos 17 Objetivos Desenvolvimento Sustentável-ODS, que são por sua vez, uma série de fatores sociais e ambientais que precisam ser superados, esses objetivos foram estabelecidos pela Organização das Nações Unida-ONU e o Brasil, foi um dos países que assinou este documento, se comprometendo em cumprir. Diante disso, a pesquisa abaciu-se nas análises da Lei Orçamentária Anual- LOA dos anos de 2021 e 2022 e os seus respectivos exercícios, para tanto, foi utilizado o modelo de Garrido (2021) que foi adaptado, onde foi possível fazer o levantamento de todas as ações da Prefeitura de Queimadas que compreendia as ODS e foi visto seus respectivos valores, tanto nos orçamentos, como também nos exercícios. Diante dessa conjuntura, obteve-se como resultado: as ODS 5,8,9,10,12,13,14,15,16 e 17 não tiveram ações diretas, e as que obtiveram mais investimento dos dois anos estudados foram: 3 e 4 saúde e bem-estar e educação de qualidade, identificou também que o ano de 2021 houve perda de recursos e 2022 houve ganhos, afetando diretamente o cumprimento e investimento dos ODS.

PUBLIC MANAGEMENT FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT OBJECTIVES (SDGs): A CASE STUDY IN THE MUNICIPALITY OF QUEIMADAS-PB IN THE YEARS 2021 AND 2022.

ABSTRACT

The present work is a case study, applied to the budget data of the municipality of Queimadas-PB. The work sought to understand how much resources were allocated by the Municipality of Queimadas-PB for the fulfillment of the 17 Sustainable Development Goals-ODS, which are in turn, a series of social and environmental factors that need to be overcome, these goals were established by the United Nations-UN and Brazil was one of the countries that signed this document, committing to comply. Therefore, the research was based on the analysis of the

¹ Concluinte do curso de Administração UAAC/CH/UFCG –romarioaraujo.m@gmail.com

² - Doutora em Recursos naturais, Professora Adjunta UAAC/CH/UFCG-fatima.martins@uaac.ufcg.edu.br

Annual Budget Law - LOA for the years 2021 and 2022 and their respective fiscal years, therefore, the model of Garrido (2021) was used, where it was possible to survey all actions of the Municipality of Queimadas that comprised the SDGs and their respective values were seen, both in budgets and in fiscal years. Given this situation, the following results were obtained: SDG 5, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16 and 17 had no direct actions, and those that received more investment in the two years studied were: 3 and 4 health and welfare and quality education, also identified that the year 2021 there was loss of resources and 2022 there were gains, directly affecting the compliance and investment of SDGs.

Keywords: Development, Sustainable, Budget.

1 Introdução

É de total acordo entre a comunidade científica e política que as preocupações ambientais em nível mundial se deram a partir da Conferência de Estocolmo na Suécia em 1972, desse momento, diversas conferências e acordos foram feitos a fim de combater a degradação ambiental, estabelecendo metas e objetivos de caráter global, com o intuito de trazer desenvolvimento sustentável para todos os países, entende-se que este foi um passo extremamente importante para a preservação do ambiente, além dessa conferência, pode-se levar em consideração a ECO-92, Rio+ 20, entre outras ações que subsidiaram uma discussão em escala global.

De acordo com PNDB (2015) a Cúpula das Nações Unidas composta por 196 líderes de Estado-Nação, aprovou um documento em 2015 intitulado de “Transformando nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” com 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas para serem cumpridas até o ano de 2030, ficando para cada Estado estabelecer planos de governo que atenda aos objetivos propostos pela Cúpula, com o viés de desenvolver os países de forma justa e igualitária, tal como levar o desenvolvimento sustentável para todo o mundo, sendo assim, garantiria a ascensão econômica e o uso consciente do ambiente.

Levando em consideração essa pauta, se faz necessário refletir acerca de como o Brasil tem se preocupado em seguir essas metas e objetivos, visto que, o mesmo é membro da Cúpula e deve por sua vez direcionar seus recursos para o desenvolvimento nessa perspectiva ambiental. Nesse sentido, é importante avaliar o quanto do tesouro brasileiro está sendo destinado para o cumprimento das (ODS), podendo ser feitas pesquisa em diferentes escalas de espaço e tempo, partindo desse pressuposto, a presente pesquisa foi realizada com os dados orçamentários do

município de Queimadas-PB, nos anos de 2021 e 2022.

A pesquisa possui uma extrema importância pelo fato de entender como a administração pública de Queimadas-PB geriu o município na perspectiva de cumprir com as 17 (ODS), pois, é por meio desses estudos de caso que é possível visualizar de forma mais restrita onde o município precisa investir mais e o que menos investiu. É um diagnóstico do orçamento público de Queimadas voltado para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Vale ressaltar que no Brasil, a lei do orçamento nº 4. 320 /1964 estabelece uma série de critérios administrativos, com o intuito de gerar uma organização econômica financeira dos órgãos públicos, somado a isso, temos a Lei de Plano Plurianual (PPA) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) que são ferramentas para o gestor destinar verbas e organizar o calendário orçamental da instituição que o mesmo administra e é por meio da transparência dessas leis que é possível visualizar para onde o dinheiro público é investido, podendo ser acessado por qualquer pessoa.

Diante disso, a metodologia do presente trabalho consistiu em 4 etapas, 1) levantamento bibliográficos acerca de autores que já trabalharam esse tema, 2) coleta de dados secundários do Sistema de Acompanhamento de Gestão dos Recursos da Sociedade (SAGRES), 3) aplicação da metodologia de Garrido (2021) onde o autor desenvolve caminhos para a interpretação dos dados obtidos na etapa 2, e por fim, a 4) que é a análise de todos os dados e informações das 3 primeiras etapas. Em concordância com o que foi esboçado, o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo geral avaliar a gestão pública municipal de Queimadas-PB, a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos anos de 2021 e 2022 e os específicos são: estimar os dados orçamentários da Prefeitura Municipal de Queimadas nos anos de 2021 e 2022 e analisar o quanto de recursos foram destinados para ações que englobem os (ODS).

2 AMBIENTE E AS QUESTÕES AMBIENTAIS

2.1 Entendendo o ambiente

O conceito de “meio ambiente” passa por diversas ressignificações em cada campo do conhecimento, para a ecologia e biologia o ambiente é um local natural que precisa ser cuidado. fortalecido com uma vertente mais naturalista do meio, o ambiente é o sujeito natural das ciências naturais, que por sua vez, é entendido do ponto de vista de seus objetos de estudo. Já para as ciências sociais como por exemplo a geografia, o ambiente vai mais além do que os aspectos

físicos dele, Suertegaray (2021) enfatiza a importância de tratarmos o termo ambiente como uma natureza transfigurada, ou seja, um espaço que apesar de possuir elementos naturais, passou por intervenções antrópicas, o que leva a entender que o ambiente é o espaço produzido pelos seres humanos, onde suas relações constroem conflitos.

Se ambiente pode ser compreendido como a relação do ser ou dos seres com o seu entorno. propomos que tal relação seja entendida para além da interação biológica ou ecossistêmica, ou seja, que ambiente seja a expressão da produção da natureza, conforme define Smith (1988) (SUERTEGARAY, 2021, p. 99).

Para esse estudo de caso, é importante analisar o ambiente na ótica crítica das ciências, uma vez que, apesar do meio possuir aspectos físicos que precisam ser preservados, é nesse mesmo campo que acontece as disputas por uso demasiadamente exagerado, o que leva o colapso da natureza e surge às grandes questões ambientais. É bem certo que, o homem é o sujeito central do meio, pois, o mesmo conserva, polui, ressignifica e segue um ritmo que modifica o ambiente, dessa forma, é indispensável associar o meio e o homem, tanto na perspectiva do homem natureza como também agente transformador da paisagem. Nesse sentido, Dornelas e Patricine argumentam que;

O homem é o foco principal das atenções, tendo uma posição de destaque nos demais subsistemas através do progresso econômico e do avanço tecnológico. De um lado, isso vem beneficiando o seu bem-estar social e, de outro, muitas vezes vem colocando em risco sua própria sobrevivência, pelo desrespeito às leis fundamentais da natureza, ao deteriorar a qualidade de seu meio ambiente a níveis intoleráveis (DORNELAS; PATRICINE, 2005.p. 04).

Dessa maneira, as sociedades modernas demonstram preocupação com a conservação do ambiente, criando leis, decretos, ministérios e órgão afim de intensificar cada vez mais a proteção do ambiente. No Brasil, a Constituição de 1988 em seu capítulo VI no artigo 225 declara que o ambiente é direito de todos e deve ser equilibrado, visando o uso consciente do meio, assegurando os recursos naturais para a geração atual e as futuras gerações.

No entanto, sabe-se que apesar das leis garantirem a preservação da natureza, existe uma carência no que diz respeito a fiscalização e monitoramento para diversas áreas que devem ser preservadas, Dias (2021) tecendo sobre as Unidades de Conservação do Brasil, ressalta que apesar de termos amparos legais de proteção, ainda falta manejo que consolide a atuação da lei na prática, pois, é percebido o uso degradável em diversas UCs e APAs do Brasil, o que deixa claro a necessidade de fortalecimento das áreas que possuem interesse natural tanto da biodiversidade, como também da geodiversidade. Dessa, maneira, cria-se diversos instrumentos e alternativas para garantir o uso da natureza e assegurar a conservação, optando pelo uso sustentável.

2.2 Sustentabilidade, instrumento de uso e preservação

É de comum acordo entre os pesquisadores que trabalham a temática ambiental que foi a partir de 1972 na Conferência das Nações Unidas em Estocolmo na Suécia que se formalizou em nível mundial a preocupação com as questões do ambiente, principalmente, pelo avanço do capitalismo e as novas formas de produção que não levava em consideração a finitude dos recursos naturais, o que poderia desencadear em diversos problemas no futuro. Dessa maneira, surge a necessidade de pensar soluções para o uso sustentável da natureza e é a partir de 1987 que o conceito de sustentabilidade é oficializado (JAPIASSÚ & GUERRA, 2017).

De caráter alternativo, o desenvolvimento sustentável surge em meio as discussões da necessidade do uso dos recursos e importância de preservação e garantia do bem-estar mundial, nesse sentido, de acordo com Fiel & Schreiber (2017) a sustentabilidade sugere uma mudança no comportamento da humanidade. Nessa vertente, diversas conferências e relatórios foram criados com a perspectiva de estabelecer metas para os países cumprirem.

As conferências internacionais como a Rio+ 92, Rio+10, Rio+ 20, entre outras, foram essenciais para ampliar o debate sobre aquecimento global, chuva ácida, e demais problemas que podem afetar a humanidade. Em 2015, de acordo com PNDB (2015) a Cúpula das Nações Unidas aprovou um documento intitulado de “Transformando nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” onde estabeleceram 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas para serem cumpridas em 15 anos, esse documento foi assinado por líderes de 196 países-membros que compõe a Cúpula da Organização das Nações Unidas.

Ultrapassando as expectativas de apenas prever receitas e fixar as despesas para um exercício financeiro (JAMBERSI E OLIVEIRA, 2020), o orçamento público fornece informações úteis para a implementação das políticas públicas e concretização dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição (OLIVEIRA & FERREIRA, 2017), também sendo utilizado como uma ferramenta de gestão capaz de auxiliar a administração pública na análise de execução dos ODS (SILVA, 2018). (GARRIDO, 2021. p. 19).

Em concordância com Garrido (2021), é possível avaliar os relatórios desenvolvidos aos longos dos anos e perceber a evolução e eficácia que esses acordos trazem para a humanidade, estabelecendo critérios e consciência para o uso dos recursos naturais que compõe os aspectos físicos do ambiente.

Nessa perspectiva, cada país deve seguir as orientações estabelecidas no (ODS) como instrumento de administração pública, a fim de inserir em seus planos de governo os objetivos e as metas. Só assim, o mundo terá um ambiente cada vez mais justo para a sociedade (UNPD,

2016; GOMES & FERREIRA, 2018).

Nesse sentido, em 2015, 193 países membros da Organização das Nações Unidas assinaram o documento chamado de agenda 2030 que tem como objetivo o desenvolvimento sustentável do planeta terra, desse modo, o documento contém 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, bem como 169 metas que devem ser seguidas com a finalidade de diminuir a pobreza e emancipar o desenvolvimento de forma que não degrade o ambiente e, assegure qualidade de vida e conservação dos elementos naturais.

Partindo dessa concepção, os 17 ODS, são objetivos que deve ser prioridade de qualquer governo, pois, cada paradigma estabelecido, tem relação com o bem-estar da sociedade, como também da natureza, para tanto, a figura-1, lista os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável.

Figura-1: 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: PENUD, 2015.

Como pode ser visto na figura-3, os objetivos estabelecem princípios governamentais essenciais para o desenvolvimento de qualquer nação, nessa perspectiva, cabe a todos os compartimentos político-jurídicos e social trabalharem para que esses objetivos sejam executado, aplicando cada vez mais recursos em ações que firmem essas questões, pois, é dever do Estado a garantia do bem-estar do seu povo, bem como, a proteção do ambiente, nesse sentido, o presente

trabalho analisa as ações investida para cada ODS, a partir do sistema Orçamentário do município estudado.

2.3 Desenvolvimento Sustentável e o Sistema Orçamentário Brasileiro

O Brasil é um Estado democrático de direito, o qual o povo elege representantes por meio do voto, nesse sentido, tanto o poder legislativo, como também o executivo deve administrar o país seguindo a Constituição Federal e governando para todos, garantindo o bem-estar social. Diante disso, o orçamento público visa controlar os gastos e direcionar os recursos para áreas de atuação que mais precisam, seguindo um planejamento pré-estabelecido, como forma de controle de gastos, bem como organização dos recursos da receita. De forma mais objetiva, o orçamento público é:

Instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais, ensejando o objetivo estatal do bem comum. No modelo brasileiro, compreende a elaboração e execução de três leis – o plano plurianual (PPA), as diretrizes orçamentárias (LDO) e o orçamento anual (LOA) – que, em conjunto, materializam o planejamento e a execução das políticas públicas federais (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, o governo arrecada tributos da população afim de garantir suas dispersas, que nada mais é do que assegurar o bem-estar social em todos as dimensões. Diante disso, é indispensável planejar e gerir esse dinheiro, e as leis de Plano plurianual (PPA), Diretrizes orçamentárias (LDO) e Orçamento anual (LOA) são instrumentos para que o dinheiro público seja destinado da maneira planejada, pois, esses dispositivos em suas plenas funções, estabeleceram metas e objetivos para tais recursos destinados.

diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos”. (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

A Lei 4.320 de 1964, garante que tanto os estados, como também os municípios criem seu (PPA), (LDO) e (LOA), para que haja controle de todos os gastos e ordem nos investimentos para a população e, sobre esse respaldo teórico que será analisado o quanto de recursos entram no município de Queimadas-PB e o quanto é destinado para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

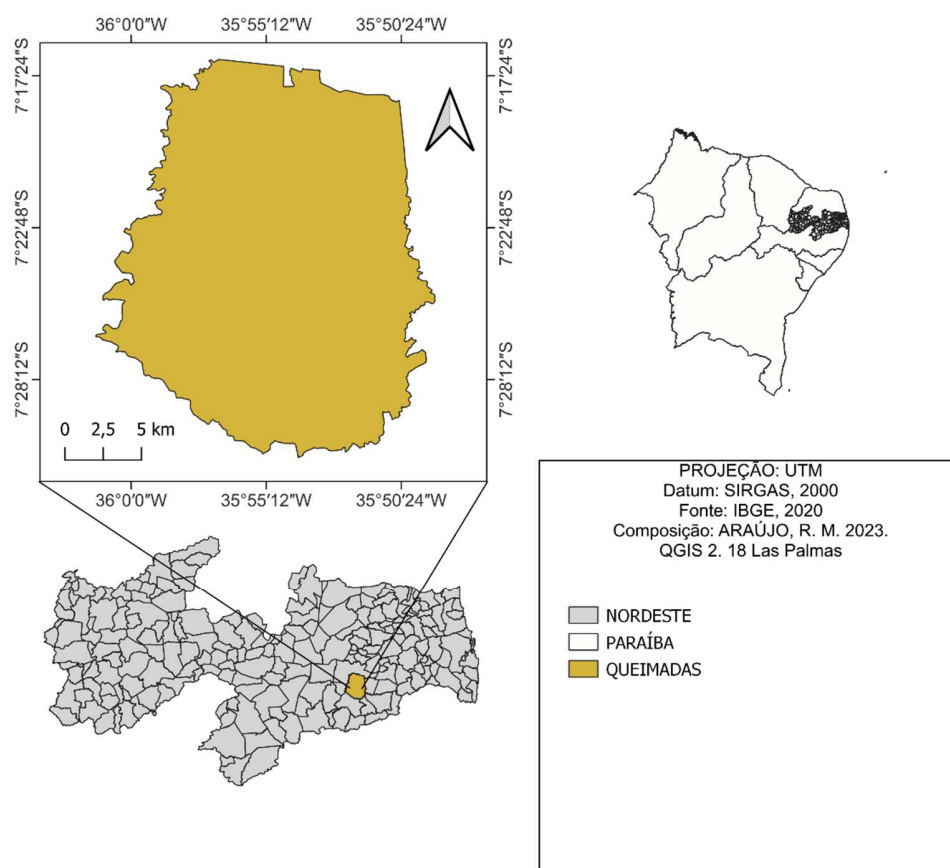
3 METODOLOGIA

3.1 Área de Estudo

Para este trabalho, optou-se por escolher o município de Queimadas-PB, localizado na

região metropolitana de Campina Grande. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022), o município tem 402, 748 km² de área territorial, com população estimada de 44.388 habitantes e, tendo sua densidade demográfica de 102,17 hab/km² e tem como Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM 608, considerado de médio a alto. Do ponto de vista de localização, a figura 1 mostra os limites geográficos de Queimadas.

Figura-2: Mapa de Localização do Município de Queimadas-PB



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Do ponto de vista social, de acordo com Dias e Xavier (2022), foi a partir das políticas públicas que a realidade de muitas pessoas que viviam em situações de extrema pobreza lograram melhores condições de vida, dados esses, que podem ser vistos a partir dos parâmetros de identificação como o IDHM e o índice de GINE, somando a isso, a aplicação dos recursos de Queimadas sendo destinados para o cumprimento das 17 ODS, tornar-se-á cada vez mais digno o estilo de vida dos munícipes de Queimadas-PB, para tanto, essa pesquisa buscou sistematizar metodologicamente etapas importantes para o êxito da pesquisa.

3.2 Material e Método

O presente trabalho de conclusão de curso, é um estudo de caso, de acordo com Gil (2008) consiste em um estudo aprofundado de poucos objetos, possibilitando um nível mais elevado de conhecimento do objeto que se propôs a estudar, além disso, a pesquisa tem abordagem qualitativa e quantitativa, essas abordagens segundo Semantic Scholar (2019) são faces ou feições que devem ser usadas quando o pesquisador quer explicar fatos impérios e concretos, onde esses fatos devem ter relação natura-sociedade.

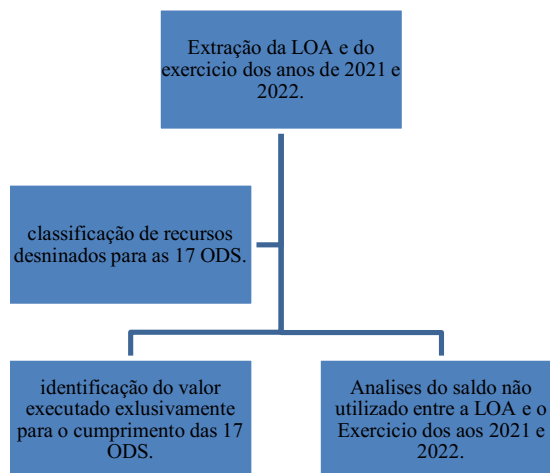
Para atender aos objetivos, a pesquisa foi dividida em 4 etapas metodológicas: 1) levantamento bibliográfico, 2) coleta de dados, 3) aplicação da metodologia de Garrido (2021) e 4) análises dos dados.

A primeira etapa consistiu em um levantamento bibliográfico acerca de autores que já trabalharam a temática, a fim de sondar os conhecimentos já publicados sobre o tema. A segunda etapa, foi a coleta de dados secundários, principalmente os dados do Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade-SAGRES, para que fosse possível aplicar a metodologia sugerida por Garrido (2021).

A terceira etapa, é um modelo desenvolvido por Garrido (2021), onde ele analisa os dados do (LOA) do município de Campina Grande e o quanto os recursos são destinados para cumprir os (ODS), por meio dos dados do SAGRES aplicados aos modelos matemáticos, mas para esta pesquisa, esse modelo foi adaptado.

Quanto aos procedimentos, consistiu em: etapas, 1) extraiu os dados da lei orçamentária (LOA) do município de Queimadas dos anos de 2021 e 2022, da mesma forma também dos relatórios dos exercícios dos anos estudados no portal SAGRES e na transparência do município, disponível na internet, 2) analisou todas as ações do orçamento e da execução que correspondem as 17 ODS e adicionou os dados em tabelas para que fosse possível as análises, bem como, classificou os recursos destinados que tivessem correlação com as 17 ODS, 3) verificou-se o total de verba planejado e o quanto foi cumprido no exercício, subtraindo o valor destinado na LOA e executado pela PMQ dos anos de 2021 e 2022, 4) analisou-se também, a diferença do saldo no final, para identificar se houve perda ou ganho tendo como referência o planejamento (LOA) e a execução.

Figura -3: Fluxograma das etapas do modelo de GARRIDO (2021) adaptado.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do modelo de Garrido (2021)

Por fim, a quarta etapa abaciou-se nas análises dos dados obtidos por meio das pesquisas bibliográficas, dados do SAGRES e do modelo de Garrido (2021), ou seja, a última etapa foi a análise das 3 primeiras etapas, pois assim, foi possível alcançar os objetivos da pesquisa e contemplar os resultados que é de suma importância para a comunidade científica, social e política.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com PNDB (2015) é dever de todos os países adotarem estratégias de desenvolvimento sustentável pautadas nos 17 objetivos da ODS. A ODS 1, está relacionada com a irradicação da pobreza, ou seja, são todas as ações que estejam nesse campo social, benefícios, auxílios entre outros, paralelo a primeira ODS, temos a segunda que tem como objetivo zerar a fome e desenvolver agricultura sustentável, um caminho pelo qual, torna digno a vida de qualquer sociedade.

A ODS 3 está relacionada com a saúde e o bem-estar da sociedade, logo, todas as ações que que envolva o bem-estar e a saúde pública faz parte deste objetivo, a ODS 4 é a meta para uma educação de qualidade, trazer a criança, adolescente, jovem e adultos para esse campo, é uma tarefa completamente do Estado. A ODS 5 é uma causa que há anos é debatida em ambientes nacionais e internacionais que é a igualdade de gênero.

A ODS 6 diz respeito as condições de água potável que é um recurso extremamente importante para saúde e nutrição do ser humano, como também diz respeito ao saneamento

básico. Ainda nessa ótica natural, a ODS 7 é energia limpa e acessível, essa meta está relacionada as matrizes energéticas dos países, é uma chamada para implementar cada vez mais de energia que degrade menos o ambiente, como também, deixar acessível esse tipo de energia limpa.

Com o objetivo de incentivar a criação de trabalhos e desenvolver economicamente os países, a agenda 2030, estabelece como objetivo trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8) e paralelo a isso, a ODS 9 é indústria, inovação e infraestrutura, são metas que; incentiva o gestor a criar mais empregos e investir em novas oportunidades.

A ODS 10 é redução da desigualdade, essa meta se assemelha muito com as primeiras metas estabelecida na agenda, mas é extremamente importante. Já a ODS 11 está relacionada com a gestão das cidades ou comunidades, com o viés sustentável, são ações que mostrem a relevância das causas sustentáveis em uma gestão, ainda nessa perspectiva, a ODS 12 é muito parecida com a anterior, ela (ODS 12) está relacionada com o consumo e produção responsável, pois, até mesmo para produzir, deve haver responsabilidade de não degradar o ambiente.

Levando para a questão do clima, a ODS 13 é uma meta que leva em consideração as mudanças globais do clima, é uma das metas mais antigas dessas conferências, já esteve presente na primeira agenda do clima em 1972 em Estocolmo. A ODS 14 é um objetivo para cuidados com a água marinha e a vida na água.

A ODS 15 é um a vida na terra, são ações que assegurem cada vez mais a sustentabilidade dos ecossistemas terrestres. A ODS 16 são ações que assegurem a paz, justiça entre as instituições eficazes, são objetivos de diplomacia e devem ser seguidos tanto pelo feche de Estado, como também pelos gestores de unidades federativas e municípios, no caso do Brasil. E por fim a ODS 17 são ações que promovam parcerias e meio de implementações, são na verdade, acordos entre governos, a fim de desenvolver tanto um como outro.

Tabela 01: Os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável

1- Irradicação da pobreza
2- Fome zero e agricultura sustentável
3- Saúde e bem-estar
4- Educação de qualidade
5- Igualdade de gênero
6- Água potável e saneamento
7- Energia limpa e acessível
8- Trabalho decente e crescimento sustentável
9- Indústria, inovação e infraestrutura
10- Redução das desigualdades
11- Cidades e comunidades sustentáveis

12- Consumo e produção responsável
13- Ação a mudança global do clima
14- Vida na água
15- Vida terrestre
16- Paz, justiça e instituições eficazes
17- Parcerias e meios de implementações

Fonte: PNDB, 2015.

Foi por meio dos 17 objetivos estabelecidos na agenda 2030, como pode ser visto na tabela 01, que se estabeleceu critérios para análises da LOA de 2021 e 2022 e os exercícios dos respectivos anos da Prefeitura Municipal de Queimadas-PB-PMQ. como já foi salientado, a metodologia utilizada foi adaptada do modelo de Garrido (2021), onde foi possível analisar quanto dos recursos destinados à PMQ são empregados para atender aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Nessa perspectiva, a tabela 2, apresenta os dados da LOA e do Exercício da Prefeitura Municipal de Queimadas-PB, nesse sentido, os valores correspondem a todas as dispersas previstas e pagas dos anos estudados.

Tabela 02: Valor geral da LOA e dos Exercício de 2021 e 2022

LOA 2021	LOA 2022	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2022
117.962.934,00	128.700.000,00	102.530.443,10	143.614.026,23

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do SAGRES-TCE-PB.

Diante dos dados da tabela 02, identificou-se perca de verbas destinadas para o ano de 2021, pegando como referência a LOA e o exercício de 2021, pode ser visto uma perca de 15.432.491,00\$ o que de certo modo, afetou os recursos destinados as ODS, por outro lado, em relação ao ano de 2022, houve um ganho de 41.083.583,13\$ o que é um fator positivo, desse modo, o exercício de 2021 para o ano de 2022, houve cerca de 28,60% de aumento das verbas de um ano para o outro.

Sabe-se que os orçamentos podem sofrer alterações no curso de sua execução e, não é diferente quando se trata da administração pública, alguns recursos podem sere limitados ou até mesmo receberem mais créditos para sua execução, como é previsto na lei N° 4.320/1964. A tabela 03 mostra o valor do orçamento e do exercício, podendo ser visualizado o que foi previsto e o que de fato foi executado.

Tabela 03: Total dos créditos orçamentários pela PMQ às ações das 17 ODS

ODS	LOA 2021	LOA 2022	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2022
ODS 1	2.318.255,00\$	1.999.900,00\$	2.318.255,00\$	2.008.900,00

ODS 2	276.707,00\$	276.000,00\$	224.954,00\$	276.707,00
ODS 3	21.933.338,00\$	20.028.170,20\$	20.902.342,00\$	21.252.670,20
ODS 4	12.463.993,60\$	21.489.302,17\$	12.862.468,00\$	21.489.952,17
ODS 6	2.259.405,00\$	1.960.000,00\$	2.259.405,00\$	1.960.000,00
ODS 7	103.500,00\$	106.000,00\$	103.500,00\$	106.000,00
ODS 11	1.707.750,00\$	1.340.000,00\$	1.540.080,00\$	1.340.000,00
TOTAL:	41.062.948,60\$	47.199.372,37\$	40.211.004,00\$	48.434.229,37

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da LOA da PMQ e do SAGRES do TCE-PB.

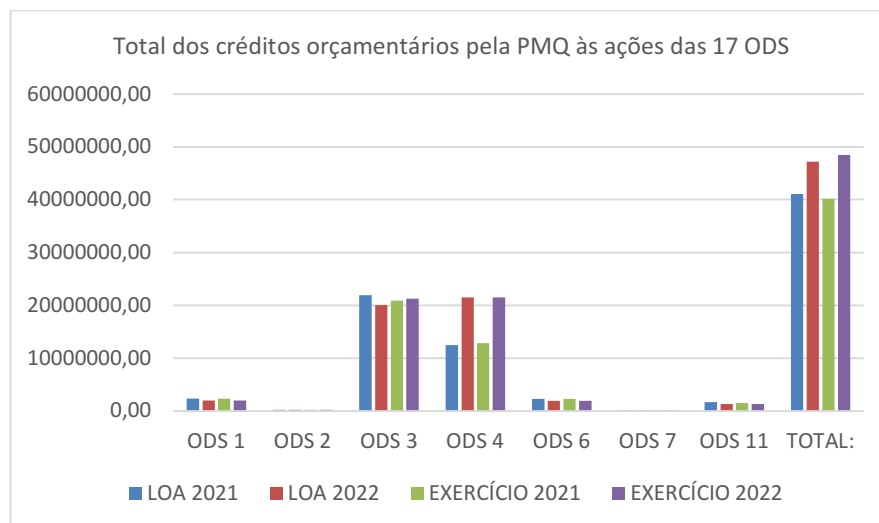
De acordo com a tabela 3, as ODS 5,8,9,10,12,13,14,15,16 e 17 não tiveram ações. Algumas causas podem ser o motivo pelo qual isso se deu, como por exemplo a ODS 10 ‘redução da desigualdade’ se assemelha muito com as ODS 1 e 2, o que no momento da classificação, as ações foram-se encaixando mais. Agora, de fato, em nenhum dos anos estudados obteve ações que investisse na ODS 5 que é igualdade de gênero, sendo uma pauta tão importante para a sociedade, não teve direcionamento de verbas.

Já as ODS 8 e 9 não tiveram ações concretas, não há registro de criação de mais emprego, nenhuma ação propriamente dita para o crescimento econômico, é sabido que, todas as ações de forma geral devem assegurar o desenvolvimento econômico, mas não há ação destinada para investimento de caráter específico para isso, como exemplo: a criação de novos empregos, cursos profissionalizantes entre outros, não consta nem na LOA e nem no exercício.

As ODS 13 e 14 não obteve ação efetiva de investimento ou aplicação, já a 14 se dá pelo fato do Município de Queimadas não ser uma cidade litorânea, já que o objetivo é preservação das águas marinhas. A ODS 15 também não obteve ação de investimento, o que deve ser chamado a atenção, pois, a flora e fauna estão cada vez mais sugestíveis as diversas degradações. E por fim as OBS 16 e 17 também não tiveram ações que constem investimento, pode-se entender que esses objetivos sejam mais diplomáticos e feito entre acordos.

Como foi visto, o ano de 2021 obteve menos investimentos tanto no valor geral da PMQ, como também nas ações destinadas às ODS, diferentemente, do ano de 2022. Um fator convergente dos dois anos estudados é que nota-se que os maiores investimentos são nas ODS 3 e 4, que são: Saúde/ bem-estar e Educação de qualidade, esse destaque dar-se-á pelos valores expressivos de investimento nessas duas modalidades, como também, pode ser visto na figura-4.

Figura-4: Total dos créditos orçamentários pela PMQ às ações das 17 ODS



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da LOA da PMQ e do SAGRES do TCE-PB.

Falando de diferença, pode se notar que do ano de 2021 a 2022, a ODS 4 obteve um salto de aproximadamente 9 milhões de reais, o que se deu pelo aumento nas reformas de escolas e aquisição de novos aparelhos. De todas as ODS que receberam ações, a ODS 7, foi a que menos recebeu ações, ficando praticamente invisível no gráfico, juntamente com a ODS 2.

Partindo dessa perspectiva de análise, identificou-se os valores previstos para os anos de 2021 e 2022, bem como, o valor do exercício. Dessa maneira, a tabela 4 possibilita visualizar a diferença do que foi planejado e o exercício dos anos estudados, como também a diferença de um ano para o outro.

Tabela 4: Diferença Positiva das ações para o cumprimento das ODS.

ODS EM LOA 2021	ODS EM LOA 2022	ODS EM EXERCÍCIO 2021	ODS EM EXERCÍCIO 2022	DIFERENÇA NEGATIVA 2021	DIFERENÇA POSSITIVA 2022
41.062.948,60	47.199.372,37	40.211.004,00	48.340.229,37	851.944,60	1.234.857,37

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do SAGRES, 2021 e 2022.

Como pode ser visto na tabela 4, os investimentos com as ODS no ano de 2021 houve perda no exercício, ou seja, 851.944,60 uma diferença negativa, o que de fato, compromete serviços, que possibilitaria mais investimentos no que diz respeito as ODS, por outro lado, no ano de 2022, houve ganhos, ou seja, créditos adicionais foram solicitados, uma vez que, é de total legitimidade, dispositivo previsto na lei orçamentária.

Para embasar essas informações, Nunes (2016) apontou alguns indicadores de extrema importância ao analisar a sustentabilidade do município de Queimadas, a autora, aplica modelos que levam em consideração a forma pelo qual, a gestão destina recursos e, segundo os resultados,

o município de Queimadas-PB é considerada sustentável, mas que por sua vez precisa de mais atenção, segundo Nunes (2016), das três matrizes analisadas, a primeira foi considerada a mais sustentável, mas o gasto de água compromete ainda mais a concretude da sustentabilidade, já a segunda apresenta uma baixa considerável, essa matriz leva em consideração coleta de lixo, relações e diálogos com a sociedade e por fim a terceira matriz mostrou má administração dos recursos, o que de fato compromete todas as políticas públicas do município.

Nesse sentido, pode-se considerar que; apesar da gestão impulsionar as ações da ODS, ainda falta mais investimento, ainda precisa criar um costume administrativo de nas gestões que se comprometam com o desenvolvimento sustentável, pois, como pode ser visto na presente pesquisa, há recursos destinados para as ODS, mas ainda não é o suficiente e não é o esperado, no entanto, deve-se levar em consideração que os recursos tendem a serem maiores a cada ano, o que se torna um ponto positivo para os municípios de Queimadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da questão levantada, fica claro a importância de preservação ambiental, tal como, a democratização do mesmo, nesse sentido, estabelecer objetivos de caráter global é um caminho positivo para o mundo, pois, todos os países devem voltar os investimentos e ações para essas questões inseridas nos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), nada mais é do que objetivos que asseguram o bem-estar social e o uso consciente dos recursos do planeta, levando em consideração que muitos, podem ser irreversíveis do ponto de vista do tempo cronológico.

Como pode ser visto na pesquisa, as ODS 5,8,9,10,12,13, 14,15,16 e 17 não tiveram ações concretas, cada uma por suas particularidades, mas que devem por sua vez, receber atenção da gestão do PMQ, como por exemplo, ações para igualdade de gênero, criação de trabalhos decente, inovações na indústria entre outros. Um fator que pode ser levado em consideração que o período estudado é um ano de transição, ou seja, mudanças de gestão, novas estratégias e etc. Outro fator que pode ocorrer em algumas ODS são as causas que poderia se encaixar em outras, fica, como apontamentos para futuras pesquisas, tentarem superar essa subjetividade da metodologia de Garrido (2021).

Foi identificado que o ano de 2021 obteve uma perda no orçamento, uma vez que a o exercício apresentou valor menor que o previsto de 15.432.491,00\$, atingindo -2,11% diretamente nos valores da ODS, foi visto também que, no ano de 2022, houve um ganho de 14.

914.026,00\$ em relação orçamento/exercício, um ganho de + 2,55 % diretamente na ODS.

Nessa perspectiva, notou-se que o município de Queimadas tem uma certa preocupação com as ODS que diz respeito á questão de qualidade de vida, no entanto, ainda falta mais investimentos tanto nos parâmetros que já possuem investimentos, como também, nas ODS que não receberam nenhuma ação nos anos estudados. Entende-se a necessidade de conscientização da gestão como também dos munícipes quanto a essas questões, pois uma vez que a sociedade toma por conhecimento essa causa, a mesma cobrará dos gestores posições que atenda a esses objetivos indispensáveis em uma sociedade cujo o Estado deve assegurar o bem-estar social.

Por fim, fica claro a necessidade de investimentos em todas os ODS, sobretudo, nas que não receberam nenhuma ação nesses dois anos estudados, cabe ao poder público, procurar meios de avançar essas questões, pois, são objetivos que é de comum acordo que são indispensáveis para uma gestão.

No campo científico, proponho que novas pesquisas sejam feitas em outros municípios, para que essas informações fiquem cada vez mais popular, podendo ser um instrumento para as gestões avançarem nessas pautas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. BrasíliaDF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 4320, de 17 de março de 1964**: dispõe sobre normas gerais de Direito Financeiro. Brasília-DF: Senado, 1964.

Dias, Marcos Antonio Vieira. **Avaliação do potencial geoturístico da área de proteção ambiental do cariri paraibano** [manuscrito] / Marcos Antonio Vieira Dias. - 2021.

FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Dusan. **Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável**: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. Cadernos Ebape. BR, v. 15, n. 3, p. 667-681, 2017.

GARRIDO, Luan Dantas. **Gestão municipal e agenda 2030: análise do cumprimento dos**

objetivos de desenvolvimento sustentável (ods) no município de campina grande, a partir das informações orçamentárias. UFCG, 2021.

GOMES, Magno Federici; FERREIRA, Leandro José. **Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. Direito e Desenvolvimento**, v. 9, n. 2, p. 155-178, 2018.

GONÇALVES, Daniel Bertoli. Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração. *Revista espaço acadêmico*, v. 51, 2005.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo; GUERRA, Isabella Franco. **30 anos do relatório Brundtland: nosso futuro comum e o desenvolvimento sustentável como diretriz constitucional brasileira.** *Revista de Direito da Cidade*, v. 9, n. 4, p. 1884-1901, 2017.

Portal da Transparência do Governo da Paraíba. Disponível em: <Capa — Transparência PB (transparencia.pb.gov.br)> Acesso em 01 jan. 2023.

Portal da Transparência do Município de Queimadas. Disponível em < Transparência Fiscal - Prefeitura Municipal de Queimadas> Acesso em: 01/jan/ 2023.

Suertegaray, Dirce Maria Antunes. **Meio, ambiente e geografia** / Dirce Maria Antunes Suertegaray – Porto Alegre : Compasso Lugar-Cultura, 2021.

Tribunal de Contas da Paraíba. Disponível em < SAGRES Online — (tce.pb.gov.br)>

APÊNDICE
TABELA COM AS AÇÕES DA PMQ

ODS1
Ajuda financeira para pessoas carentes
Apoio as atividades do conselho
Serviço de proteção social básica
Concessão de benefícios eventuais de assistência social
Primeira infância no SUAS - criança feliz
Proteção social especial (CREAS, AEPETI, PAEFI, MSE)
Programa BPC na escola
Manutenção e gerenciamento do bolsa família
Aprimoramento da gestão do SUAS IGD/SUAS
Aquisição de veículos
Fundo da pessoa idosa
Assistência à criança e ao adolescente
ODS2
Contribuição do seguro safra
Saneamento a agroecologia
Manutenção do programa pró genética
Banco de sementes (distribuição de sementes)
ODS3
Construção /ampliação de REF. Unidade de Saúde
Aquisição de veículos para saúde
Aquisição de ações de médio e alta complexidade
aquisição de veículos e equipamento para saúde básica
Aquisição de unidade oftalmológica móvel
Aquisição de motos para agentes comunitários de saúde
Construção/ampliação de Unid de saúde para serviços de médio e alta complexidade
Construção/ampliação da academia de saúde
Construção/ampliação de espaços para prática esportiva
construção de espaços destinados a cultura
Aquisição de equipamento e material permanente p/o ipm
Implantação de teleférico no município
Manutenção de atividades de saúde pública
Manutenção de atividades de saúde pública - REC. PRÓPIOS
Manutenção de programa CAPS
Manutenção das atividades do laboratório de análises clínicas
Programa de farmácia básica
Manutenção das ações do programa NASF
Manutenção das atividades do CEO

Manutenção das atividades do conselho de saúde
Manutenção dos serviços do SAMU
Manutenção do programa saúde na escola
Manutenção das atividades de residência terapeuta
Programa de internação domiciliar
Programa de melhoria e qualidade de atenção básica
Contribuição p/ instituições de apoio a pessoas com necessidades especiais
Manutenção dos serviços de fisioterapia
Manutenção das atividades de cultura e lazer
Atividade de festividade e turismo
Manutenção das atividades do esporte amador
Ajuda financeira para associações esportivas
Projeto estação juventude
Manutenção das atividades da academia da saúde
Manutenção das atividades da policlinica
Manutenção de estratégia de saúde bucal
ODS4
Reforma da Creche
Reforma e ampliação de escolas
Reaparelhamento para Creche
Aquisição de veiculos para escolas
Adptação de unidade escolar com implementação de atividade proativa (mini-padaria)
Construção de um espaço poliesportivo
Manutenção do ensino fundamental C/REC.PROPRIOS - MDE
Manutenção das atividades de educação infantil
Manter as atividades do EJA
Manutenção do programa merenda escolar - ENS. Fundamental
Manutenção das dispersas com educação FNDE
Manutenção das atividades com transporte escolar
Manutenção do programa merenda escolar - ensino infantil
Transporte escolar p/ universitários
Outras dispersas c/educação
Aquisição de veículo para educação
ODS6
Construção de reservas de água (barragens, poços, cisternas)
implementação e extensão da rede de esgotamento sanitário
Construção de canal fluvial
Abastecimento de água por carros pipas
Serviço de abastecimento de água em carros pipas - zona urbana

ODS7
Implementação de rede elétrica no município
ODS11
Abertura e conservação da malha viária do município
Construção e reforma de unidades habitacionais
Implementação de usina de tratamento de resíduos sólidos e recuperação de áreas degradadas
Construção estradas, bueiros de e passagem molhada